



EDUCAÇÃO

Após 7 anos, reforma do ensino médio é aprovada

Texto restaura o espaço das disciplinas clássicas, diminui o das opcionais e rejeita a obrigatoriedade das aulas de espanhol

» MAYARA SOUTO

Depois de sete anos de discussões, a Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a reforma do ensino médio — que atingirá quase 8 milhões de alunos a partir do próximo ano. No texto que vai à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, há a retomada do espaço das disciplinas clássicas, como português e matemática, e a diminuição das opcionais. Já o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) sofrerá alterações somente em 2027.

Um dos pontos mais discutidos na Câmara foi a obrigatoriedade do ensino do espanhol. O Senado incluía esse ponto depois de pressão dos movimentos estudantis e do governo federal, sob a justificativa de que o Brasil é cercado por nações de língua espanhola. O contra-argumento foi que o país sequer ensina português e inglês de forma eficiente, e a obrigatoriedade de mais um idioma estrangeiro aumentaria essa precariedade. Dessa forma, o ensino do espanhol segue como opcional.

A votação ao substitutivo do Projeto de Lei (PL) 5.230/23, proposto pelo Ministério da Educação, foi simbólica por decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). PSol, PCdoB e PDT ficaram contra o parecer do deputado Mendonça Filho (União-PE) — que não acatou as mudanças feitas incluídas no texto elaborado pela senadora Professora Dorinha (União-TO), remetido à Câmara.

“É o resultado do diálogo respeitoso que envolveu estudantes, professores, entidades diversas e parlamentares. A Câmara garantiu a manutenção de avanços importantes, como as 2,4 mil horas para a formação geral básica e o fortalecimento da formação técnica de nível médio. Agora, as redes terão tempo para organizar a implementação das mudanças já para o próximo ano letivo”, comentou o ministro da Educação, Camilo Santana, nas redes sociais.

Carga horária

O texto aprovado prevê 2,4 mil horas de carga horária para a formação geral básica — que inclui matemática e português —, do total de 3 mil horas do ensino



É o resultado do diálogo respeitoso que envolveu estudantes, professores, entidades diversas e parlamentares. Agora, as redes terão tempo para organizar a implementação das mudanças já para o próximo ano letivo”

Ministro Camilo Santana, da Educação

médio. Desde a reforma ocorrida no governo Michel Temer, em 2017, a formação básica vem sendo de 1,8 mil horas.

A carga horária mínima anual do ensino médio passa de 800 para mil horas — esse período a mais será distribuído ao longo de 200 dias letivos. Poderá chegar a 1,4 mil horas, porém progressivamente e quando houver espaço na grade.

O Senado havia incluído nos itinerários formativos, para o processo gradual de ampliação da carga horária anual, a proporção de, no mínimo, 70% do tempo para a formação geral básica. A proposta foi rejeitada na Câmara.

Um item que veio do Senado, e foi mantido pelo relator, é a obrigatoriedade de que as unidades da Federação tenham, em cada município, pelo menos uma escola da rede pública com oferta de ensino médio regular no turno noturno. Mas isso apenas em caso de haver demanda.

Em relação ao ensino a distância (EaD), Mendonça Filho retomou o texto da Câmara, que admite excepcionalmente o “ensino mediado por tecnologia”. O Senado mudara essa expressão para “ensino presencial mediado por tecnologia”, com ênfase no presencial, e determinara que os cursos EaD seriam admitidos em “casos de excepcionalidade emergencial temporária reconhecida pelas autoridades”. (Com Agência Estado)

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Relatório elaborado por Mendonça Filho foi aprovado com apoio do Palácio do Planalto e do MEC. Quase tudo acrescentado pelo Senado caiu

Secretário preso por desvio de verba da merenda

» ALINE GOUVEIA
» FABIO GRECCHI

O secretário municipal de Educação de Belford Roxo (RJ), Denis de Souza Macedo, foi preso ontem pela Polícia Federal por conta de uma investigação sobre o desvio de recursos públicos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo a PF, ao longo das apurações descobriu-se que servidores desviaram pouco mais de R\$ 6 milhões — e o chefe da pasta é apontado como o comandante do esquema criminoso.

Denis foi preso em um condomínio de luxo no bairro da Luz, em Nova Iguaçu, também na Baixada Fluminense — onde mora. Mas horas antes de o secretário ser alvo da PF, foi elogiado pelo prefeito Wagner

dos Santos Carneiro — marido da ex-ministra do Turismo e atual deputada federal Daniela Carneiro (União-RJ). Em um evento político no bairro Xavantes, quando foram lançados candidatos a vereador em Belford Roxo para a eleição de outubro, Waguinho referiu-se a Denis como o “melhor secretário de Educação de todos os tempos”.

“As fraudes eram realizadas mediante sucessivos pagamentos superfaturados, baseados em documentação falsa e destinados a empresas que foram contratadas para fornecer merenda escolar. A investigação também revelou que o desvio de recursos públicos foi acompanhado do pagamento de vantagens indevidas, por parte das empresas fornecedoras de merenda, a agentes públicos do município

de Belford Roxo, os quais se valem de mecanismos de lavagem de dinheiro para ocultar e dissimular a origem ilícita dos valores recebidos”, explica a PF em nota. Os mandados foram expedidos pela 7ª Vara Federal do Rio.

Dinheiro em espécie

Os agentes fizeram buscas e apreensões em 21 endereços. Na casa de um empresário envolvido no esquema de desvio de dinheiro da merenda escolar, na Barra da Tijuca, foram encontrados 300 mil euros em espécie, o equivalente a R\$ 1,8 milhão. Ao todo, foram apreendidos R\$ 2,6 milhões em espécie além de quatro veículos, documentos e celulares.

A investigação levanta supostos crimes de documentação falsa, peculato, corrupção passiva

e ativa, fraude à licitação e lavagem de dinheiro. Segundo a PF, o nome da operação, “Fames”, faz alusão à deusa da fome na mitologia romana.

Segundo o advogado Rafael Faria, que defende Denis Macedo divulgou, seu cliente é inocente. “O secretário sempre pautou sua vida pública no mais alto rigor da legalidade, possui absoluta certeza em sua inocência”, destacou.

Já a Prefeitura de Belford Roxo emitiu nota sem fazer qualquer menção ao secretário. “A Prefeitura de Belford Roxo informa que não teve acesso aos autos do processo, mas confia na atuação da Justiça. A administração municipal preza pela lisura e transparência. A Prefeitura espera que os fatos sejam esclarecidos o mais rápido possível”, observou.



ALEXANDRE GARCIA

AO SE COMPARAR A CAMPANHA NO GOVERNO BOLSONARO E A DISCRICÃO DENGOSA NO GOVERNO LULA, PARECE EVIDENTE QUE, TAMBÉM NAS EPIDEMIAS, APLICAM-SE AS DIFERENÇAS DE TRATAMENTO QUE TEMOS OBSERVADO NO JUDICIÁRIO

Dengue e covid

Por que a dengue não tem o íbope da covid? Em dezembro de 2021, 172 milhões de brasileiros, segundo o Ministério da Saúde, já haviam recebido duas doses da vacina experimental — 80% da população. Agora temos a dengue, uma dolorosa doença que já matou 4 mil brasileiros, no mínimo, e fez sofrer 6 milhões. Ainda podem ser atribuídas à dengue mais 3 mil mortes, elevando a perda a 7 mil vidas.

Os números atuais são recordistas na história da dengue no

Brasil. No entanto, ao que se sabe, importamos apenas 6 milhões de doses, o que dá para 3 milhões de brasileiros, ou menos de 1,5% da população. Enquanto a dengue é nossa velha conhecida, a covid chegou envolta em mistério e foi fácil gerar pânico. A dengue, de prevenção relativamente óbvia, e com vacina testada e pronta, parece não receber a atenção daqueles que já usaram de todos os meios para apavorar a população contra o vírus que seria proveniente de morcego.

O morcego assustou mais que o mosquito. O bom e velho fumaça expulsa o mosquito da dengue, mas se evaporou. As equipes de saúde que combatiam a febre amarela de casa em casa sumiram. Campanhas sobre água parada em lixo, nos quintais e vasos de apartamento foram esquecidas. E a vacina foi comprada em quantidade insuficiente.

A cada ano fica pior. Basta olhar o gráfico de mortes, que vem subindo, inclusive no Distrito Federal, que é o campeão, vindo de todos os estados como Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e

Santa Catarina. E diz o Índice de Progresso Social que Brasília é o melhor lugar do Brasil. Pelo jeito, também para o mosquito. Que progresso social é esse em que somos incapazes de impedir a perigosíssima dengue hemorrágica?

Sem procura

O pior é que a pouca vacina que está disponível não tem sido procurada, depois da frustração do experimento da Pfizer, que além de não ser eficaz na imunização e contágio, ainda vem com consequências que assustam. A vacina do Instituto Butantan

contra a dengue, que está na última fase de teste, se mostra eficaz e segura, em dose única. Mas precisa completar neste mês os cinco anos de testes com 17 mil voluntários. Depois, esperar pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pela produção em massa. Só no ano que vem. Por enquanto, temos uma tetravalente aprovada na Indonésia, na União Europeia e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em duas doses.

Então, cabe a pergunta: por que tratamos a dengue com obsequioso recato, depois de termos sido capazes de apavorar as

pessoas com o vírus covid-19? Ao se comparar a campanha no governo Bolsonaro e a discricão dengosa no governo Lula, parece evidente que, também nas epidemias, aplicam-se as diferenças de tratamento que temos observado no Judiciário. Não se trata de uma enfermidade desimportante.

Os que tiveram dengue, nos fazem relatos terríveis — a dengue hemorrágica é ainda pior. Mas não é justo para a população que ela seja usada, por motivos políticos, em campanhas e em omissão de campanhas, que dependem de quem está no governo.